

# A TEORIA DE COMPORTAMENTO DA LEI DE DONALD BLACK

Luciana Cristina de Souza  
Mestranda em Sociologia do Direito pela UFMG  
Professora na Universidade Salgado de Oliveira

## Resumo

A teoria do comportamento da lei de Donald Black foi formulada em meados do século XX e desenvolvida para a análise da incidência da lei nas sociedades. É um importante método de pesquisa para estudar a vida social, especialmente controle social estatal. E as novas formas de controle social são muito diversificadas nas sociedades do século XXI por causa do pluralismo jurídico. Os operadores do Direito devem compreender como, nos dias de hoje, nas recentes comunidades de pessoas, este processo ocorre e qual o melhor modo de se aplicar lei com justiça. O método de Black identifica a quantidade e a direção da lei no meio ambiente social, o que permite conhecer-se a eficácia das normas jurídicas. E este conhecimento, na atualidade, é realmente necessário para a efetiva integração entre sociedade e norma.

**Palavras-chave:** lei; sociologia; pluralismo; eficácia.

## Abstract

The behavioral theory of Donald Black was formulated in the middle of the XXth century and was created to analyze law incidence in societies. It is an important method of studying social life, especially the state social control. And the new forms of social control are very diverse in the XXI century's societies due to juridic pluralism. Law operators must understand how this process occurs nowadays in recent communities and identify which is the best way of enforcing law with justice. Black's method identifies the quantity

and the direction social environments assume, what enables us to know the efficacy of legal norms. Nowadays this knowledge is truly necessary to reach an effective integration between society and the norm.

**Key words:** law; sociology; pluralism; efficacy.

### ***1.1 Alguns aspectos prévios sobre Donald Black***

Donald Black é autor da teoria epistemológica da Sociologia Pura. Seus estudos nessa área pretendem liberar o estudo sociológico, enquanto método científico, do que o autor considera que sejam *vícios* comuns à Sociologia clássica e moderna, a saber, teleologia, psicologia e enfoque sobre o indivíduo, pois condicionam sua perspectiva analítica e investigativa. Segundo Black, os critérios de cientificidade empregados por sociólogos como Max Weber e Émile Durkheim se apresentam como instrumentos mais eficazes de conhecimento da realidade social do que aqueles hoje empregados pelas teorias sociológicas correntes. Todavia, neles ainda haveria resquícios de princípios pouco científicos, por isso comprometedores da qualidade dos resultados, os quais não seriam puramente sociológicos.

Por puramente sociológico se entenda isentos de elementos não referentes à vida social, estritamente considerada em si mesma. E quanto a isto é preciso definir o que é vida social para este autor. Para ele, a compreensão do comportamento humano, ainda que em sociedade, constitui objeto de estudo próprio de outras ciências, como a psicologia. Disso decorre a exclusão do indivíduo e de toda pesquisa sobre o comportamento humano, orientado ou não para o estudo científico de natureza sociológica. A intromissão de particularidades dos indivíduos em meio aos fatos sociais em análise compromete, segundo o autor, a objetividade das ciências sociais e a capacidade de observar-se o fenômeno coletivo com toda a personalidade única que lhe pertence. Além disso, o campo de pesquisa sócio-jurídico deve se ater à neutralidade científica, sem a emissão de quaisquer juízos de valor.

Sustentado pela idéia de promoção de uma revolução científica nas ciências sociais, semelhante às realizadas por Copérnico e Einstein nas ciências naturais, Black preceitua o completo abandono das tradições sociológicas vinculadas ao estudo do indivíduo, especialmente aquelas maculadas com princípios ou critérios psicológicos e teleológicos. Em suas próprias palavras, é preciso “evitar as pessoas” e analisar apenas a vida social por meio de seu formato geométrico e analiticamente mensurado (BLACK, 2000). A teleologia condicionaria o estudo científico a uma finalidade pessoal, enquanto este tem por escopo alcançar a universalidade comum às ciências. A psicologia trataria das razões íntimas das pessoas, enquanto o Direito e a Sociologia conhecem por objeto os fatos dotados de externalidade.

## 1.2 Interesse pelo Direito (Law)

A teoria de Donald Black Direito (Law) é essencialmente controle social. Em outras palavras, *"the normative life of a state and its citizens, such as legislation, litigation, and adjudication"* (BLACK, 1980, p. 2). Como mecanismo de controle social exercido pelo Estado sobre os indivíduos – caráter singular da Modernidade e resultado do processo de racionalização – o Direito é conhecido sociologicamente, de modo puro, pela investigação da lei. A lei é uma variável mensurável para Black, pois a intensidade de sua aplicação sobre o cidadão quantifica o controle social praticado pelo governo por meio do Direito. Esse método também permite determinar o estilo de controle social empregado: penal, compensatório, terapêutico ou conciliatório.

Segundo o autor, a lei faz parte da estrutura da sociedade e, em razão desse fato, é mensurável pela medida da distância relacional entre os litigantes e pela direção em que se move no espaço social. A distância relacional indica o grau de participação das pessoas nas vidas uma das outras e é definida por meio de técnicas da geometria analítica cartesiana empregadas por Black, como se verá a seguir. E o que se investiga não é o comportamento das pessoas perante a lei, mas o comportamento da própria lei. Uma conclusão a que chega o autor é que, à medida que se diminui o grau de intimidade entre os indivíduos, a lei tende a ser mais aplicada. Haveria, portanto, alta intensidade de lei sobre demandas entre desconhecidos.

*"It becomes possible to formulate the principles of social life itself, principles indifferent to time, place and person. In my theory of law, for example, calls to the police, arrests, lawsuits, verdicts, and remedies in court are not conceptualized as the behavior of people... but as the behavior of law itself. (...) I formulate when law is attracted to particular locations and directions in social space..."* (BLACK, 1995, p. 860).

Na Sociologia pura, a mensuração ocorre por meio das dimensões do espaço social e é calculada por meio da geometria analítica. No Direito, essa aferição se faz por meio de variáveis de entrada como quantidade de lei aplicada em um caso, estilo do controle social exercido sobre as partes, e distância relacional entre as mesmas e é medida pela posição de ambos os litigantes em um processo, em relação ao espaço social, se mais próximos (irmãos, amigos) ou mais distantes (desconhecidos). Igualmente, em razão da direção e sentido em que a norma atua sobre os envolvidos: ascendente, descendente ou horizontal. Com essas variáveis o jurista poderá aferir, por exemplo, o grau de intervenção de autoridades sobre as etapas de solução de conflitos e a efetividade do controle social exercido pelo Estado.

Todo comportamento da vida social pode ser aferido objetivamente e a maior ou menor distância entre as partes, assim como a direção em que o

direito se dirige com intensidade superior indica o grau de incidência de leis sobre os litigantes e se, em um contexto ou outro, a prática social é divergente da pretendida prática jurídica. Desse modo seria possível avaliar-se mais concretamente se enunciados sobre a influência da renda relativamente à prestação jurisdicional são verdadeiros, ao invés de simplesmente intuirmos sobre eles. Ou porque, em razão da falha do controle social governamental, as pessoas envolvidas em questões legais tenderiam a buscar outras formas de solução de conflitos, tais como juntas de arbitragem, juntas de conciliação informais, a intervenção do líder comunitário na questão ou, ainda e mais gravoso, o traficante da favela. Isto possibilita a identificação do sentido no qual caminha a aplicação da lei e do quantum cada um recebe de efetiva prestação jurisdicional, ou seja, mede o acesso à justiça.

### 1.3 A influência do método geométrico sobre o pensamento de Black

O modelo geométrico de René Descartes foi escolhido por Black para traçar esse quadro sócio-jurídico, em virtude de sua objetividade, questionamentos a partir de uma dúvida metódica e utilização de variáveis mensuráveis, portanto, isentas de qualquer contaminação teleológica ou particular de um dos envolvidos no processo. Aplica-se ao Direito e é alcunhado por Donald Black de geometria da lei ou teoria do comportamento da lei. Sendo esta um fenômeno empírico como outro qualquer, Black argumenta que ela poderia ser aferida por um sistema lógico e impessoal definido por ele como “as variações no controle social governamental” (SINGER, 2002). Restringindo-se a unidade básica à eficácia da lei, o método blackiano funciona pela medição da quantidade de lei objetivamente aplicada em um caso concreto, *verbi gratia*, pela análise da efetividade das normas jurídicas, bem como pela definição do estilo de controle social que se opta por recorrer, mais rígido ou mais dialogado. Razão esta que justifica a exclusão do indivíduo, significando a tentativa de isenção do método quanto aos critérios pessoais, mormente psicológicos, que conduzem à não obediência da norma jurídica.

Em seu artigo de 2000, Donald Black assevera a cientificidade de sua teoria e conclui pela superioridade desta sobre os modelos anteriores, uma vez que a mesma permitiria ao cientista das áreas de humanidades atingir altos padrões de generalidade, testabilidade e simplicidade. O modelo teórico puro possui o *status* de regra geral, podendo, portanto, ser aplicado a qualquer fenômeno sociológico: arte, educação, cultura, direito e a própria ciência. Este autor oferece a possibilidade de construir-se a teoria sobre a teoria, cujo conteúdo mais geral conduziria a um método mais simples e, em decorrência, mais universal, de aplicabilidade ampla. E não se ater a um único foco para estabelecer sua metodologia: emprego, controle social,

gênero, religião. Por este método, qualquer fenômeno social, notadamente vinculado ao exercício do controle estatal – até mesmo na escolha das matérias a serem conteúdo de lei – é passível de uma acurada investigação científica para determinar suas razões e predizer seu movimento social futuro.

Para tanto é imprescindível o distanciamento máximo entre o objeto estudado e o pesquisador. Qualquer proximidade poderia contaminar a teoria, pois o seu formulador recorreria a símbolos já conhecidos por ele para explicar os fenômenos, ao invés de observar mais objetivamente os fatos para depois descrevê-los analiticamente e, por fim, propor, sinteticamente, uma teoria. A adoção de um modelo geométrico, então, é sucedâneo natural das idéias de Black de um estudo da lei sem prejulgamentos, à parte de quaisquer discriminações de cunho sectário, comuns entre grupos sociais diferentes. O modelo cartesiano se aplica com justeza ao seu método sociológico ao permitir a análise dos fenômenos sociais de modo mais impessoal e racionalizado, sem a emissão de juízos de valores.

O projeto ao qual se dedicou Donald Black foi o de determinar o formato do espaço social para, dentro dele, pelas variações de regularidades das posições geometricamente atribuídas a cada caso estudado, conhecer o comportamento da vida social, *in casu*, da lei. Com o escopo de promover o seu método, Black elege cinco variáveis necessárias no estudo da geometria social e que representam a localização e a direção ocupada pelo fenômeno nesse mesmo espaço social. Estas variáveis serão vistas a seguir.

### *Vertical*

Esta variável contempla as influências da estratificação social sobre a quantidade de lei aplicada em um caso concreto. Ela pode indicar a distância relacional vertical entre os litigantes de um processo, por exemplo. Fixa a posição geométrica de cada parte envolvida no comportamento da vida social focalizado a partir da sua posição social e, posteriormente, indica a direção em que a lei é aplicada com maior força, se de forma ascendente ou descendente. Black escreve que a lei varia diretamente conforme o local em que cada um dos envolvidos se encontre na estrutura social. Dessa maneira, o mais rico tende a ser mais vitorioso, enquanto o inferior hierárquico em uma empresa tende a perder suas demandas contra o seu empregador, por ser este a parte mais forte verticalmente no processo. Além disso, a utilização das vias legais também se acirra com o aumento da distância social: “*If they have a dispute, people of different ranks are more likely to take their problem to a court or other legal agency*” (BLACK, 1980). Assim sendo, tentativas de mediar conflitos terão maiores chances de sucesso entre pessoas localizadas socialmente em segmentos mais próximos do que naqueles mais distantes.

Vista a forma de aplicação da lei devido à localização vertical das partes, pode-se ainda completar que, consoante a teoria de Black, a lei tende a se incidir com maior rigor no sentido de cima para baixo. Em uma demanda trabalhista, como citado, haveria maior incidência da lei sobre o empregado do que sobre o empregador. Em um caso de crime, sendo o criminoso verticalmente superior à vítima, sobre ele haveria menor incidência da lei; o contrário ocorreria sendo a vítima verticalmente superior no espaço social do que o réu<sup>1</sup>. Assim, conclui Black sobre a proporcionalidade inversa da aplicação da lei em relação à direção vertical ascendente e proporção direta quanto ao sentido descendente.

E isto se explica devido a maior quantidade de lei que um indivíduo posicionado verticalmente mais acima tem acesso, em relação ao inferiormente localizado. Essa resposta é cientificamente satisfatória, pois oferece uma explicação demonstrável e mensurável quantitativamente de que, em sociedades com acúmulo de renda em poder de pequenos grupos, o acesso à justiça, se condicionado ao pagamento de custas, honorários e emolumentos de maior monta, limita aqueles verticalmente inferiores devido ao baixo acesso que estes terão aos recursos necessários para promoverem sua defesa. Isto corrige a premissa de que a justiça privilegiaria os mais ricos, com aquela conotação simplista de corrupção dos operadores do Direito e coloca a questão adequada como tema central: os problemas de estrutura do Poder Judiciário e do acesso à justiça em nossa realidade.

#### *Horizontal*

A morfologia social é representada pela variável horizontal. Cuida da diferenciação entre as pessoas em um mesmo nível de estratificação, como família, comunidades, vizinhanças e organizações. Esta variável nos permite reconhecer os padrões de mudança da sociedade e a intensidade com que ocorrem, no campo legal inclusive, por meio do estabelecimento de uma relação curvilínea entre a lei e a divisão social do trabalho. Tanto nas sociedades primitivas, em que as pessoas são muito íntimas, quanto naquelas muito complexas, em relação às pessoas que se encontram completamente separadas, haveria uma baixa quantidade de lei sendo aplicada. A maior incidência de lei ocorreria entre os indivíduos cuja relativa proximidade não os distanciasse por completo, nem os tornasse muito íntimos. Deve existir entre eles uma relação de dependência social, ainda que sejam desconhecidos. Como exemplo, o padeiro, o verdureiro, o motorista de ônibus, o frentista do posto, o médico, o advogado, todos em relação a um indivíduo que deles seja dependente. Dessa forma, a aplicação da lei se faria necessária para manter a divisão de funções, imperativa para a sobrevivência do grupo.

Naqueles casos em que as pessoas estão muito próximas, o grau de intimidade não raro inibe a imposição da lei, mesmo porque esses grupos

mantêm um sistema interno e forte de regras. Quando esse controle social particular se enfraquece, aumenta-se a tendência dos indivíduos em procurar pela intervenção da autoridade estatal, por causa de seu distanciamento social. Por outro lado, apesar de viverem na mesma sociedade, existem pessoas tão distanciadas entre si que o vínculo horizontal é baixo. Em razão disso, há pouca quantidade de lei aplicada em suas relações. É o que ocorre com frequência quando um consumidor de um produto fornecido por um grande número de diferentes fornecedores se sente insatisfeito. Ele apenas troca de marca.

### *Cultural*

Este é, segundo Black, o aspecto simbólico da vida social abrangendo desde a ciência até a religião. E a lei varia diretamente de acordo com o grau cultural dos envolvidos em um processo. O autor menciona que: *"Some societies have more culture than others, some groups, situations, or individuals more than others... And, over time, culture increases and decreases"* (Op. cit., p. 63). A capacidade legislativa e de litigar está em proporção direta com o *quantum* cultural dos indivíduos e também com as convenções do grupo. Assim, a lei tenderia a ser mais invocada pelo envolvido de maior cultura do que pelo de menor alcance cultural e seria mais duramente aplicada ao membro cujo comportamento estivesse mais distante do padrão convencionado.

Nesse sentido, podemos dizer que a teoria de Donald Black sobre o comportamento da lei explicaria, sob esta variável, a existência dos sistemas plurais de Direito – pluralismo jurídico. Pessoas de menor cultura tenderiam a solucionar seus conflitos sem solicitar a intervenção dos mecanismos estatais, mas criando mecanismo mais acessíveis, inclusive quanto ao linguajar, enquanto aquelas pessoas com maior conhecimento cultural seriam os usuários mais frequentes do sistema legal oficial.

Outra consequência das variações culturais é o sistema de regras criado por cada grupo dentro da sociedade, pois este tem por parâmetro os valores defendidos pelos seus membros. Tal reflexão nos conduz a indagar sobre a premência de identidade de valores entre o ordenamento jurídico oficial e a comunidade à qual se impõe. Do contrário, esta última buscará uma outra fonte normativa que lhe assista, em proteção daquilo que considera princípio fundamental de seu viver.

### *Corporativa*

Esta variável, mensura a capacidade de ação coletiva de um grupo, maior ou menor. Representa o aspecto organizacional da vida social, incluindo política, revolução, tomada de decisões, associações voluntárias e religião – o lugar de deus e dos espíritos na sociedade – e suas variações no tempo e no espaço (Op. cit., p. 86). Black observa: *"In a direction toward less*

*organization, law varies directly with organizational distance. But, in a direction toward more organization, law varies inversely with organizational distance.*" (Op. cit., p. 93). Isto mostra a crença de Donald Black na conscientização dos indivíduos nas sociedades mais avançadas, nas quais a presença de um controle social pelo Estado se tornaria supérfluo. A organização proveria a sociedade e os indivíduos que a formassem, neste último caso, de uma imunidade frente à lei.

Sociedades menos organizadas tenderiam a solucionar conflitos por mecanismos menos complexos e vinculados, não a um direito positivo estatal, todavia criado pelo líder político ou religioso do grupo. À medida que se incrementa a variável organizacional, a maior distância entre as pessoas provoca maior incidência da lei sobre aqueles que possuem baixo acesso às estruturas jurídicas dessa organização.

#### *Normativa*

É a variável quantitativa que diz respeito ao controle social, *stricto sensu*, último aspecto da vida social selecionado por Black. As sociedades, das mais simples às mais complexas, nunca puderam olvidar alguma modalidade que fosse de domínio sobre as ações de seus membros. Como a lei, em si, já é uma maneira de exercício de controle social, ela varia inversamente a qualquer outro modo de autoridade coexistente, *v.g.*, família e Estado. O aspecto normativo do controle social ocorre porque é esta variável que definirá, em uma sociedade, quem é respeitável e, também, quais são os indivíduos considerados desviantes – a lei varia diretamente com a respeitabilidade, concedendo, ou não *status* normativo ao indivíduo.

Como visto anteriormente, o controle social pode ser identificado na sociedade em quatro modalidades, segundo a teoria de Donald Black: penal, compensatório, terapêutico e conciliatório. O controle penal é comumente exercido pelo Estado, sendo mais rigoroso. Há maior incidência de lei sobre as partes envolvidas, recebendo maior quantidade dessa aplicação aquele envolvido cujo acesso à justiça seja, em algum dos outros aspectos abordados, inferior – vertical, horizontal, cultural ou organizacionalmente. O controle compensatório, presente de modo significativo nas indenizações civis, obedece à regra anterior, observando-se que na existência de desequilíbrio social entre as partes, a que for mais fraca juridicamente, segundo os critérios já elencados, possui menor possibilidade de obter a compensação pretendida, assim como está mais vulnerável à sentença judicial condenatória.

Quanto ao estilo terapêutico de controle social, depende da iniciativa do próprio ofensor, causador de algum problema jurídico, ficando a cargo da psicologia forense. No estilo conciliatório, por outro lado, encontra-se a



viabilidade de que ambas as partes envolvidas no litígio participem da solução deste. É mais democrático e, inicialmente, mais justo. Evita o desgaste dessas pessoas pela excessiva espera por uma prestação jurisdicional e diminui a intensidade do conflito. É o modelo adotado pelos Juizados Especiais no Brasil. Todavia, oferecem uma séria desvantagem: para que o acordo realizado não se torne uma imposição de um dos lados ou um mau negócio induzido pelo judiciário, há de preservar a qualquer custo o equilíbrio social entre as partes. Naturalmente, não pode o Poder Judiciário determinar que somente conflitos entre indivíduos socialmente similares se estabeleçam. Por isso, cabe a ele zelar com todo o cuidado no sentido de assegurar o pleno acesso à justiça daqueles que forem hipossuficientes em relação à posição ocupada no espaço social.

#### 1. 4 O novo paradigma da investigação sócio-jurídica

A Sociologia pura é, na perspectiva de Black, o novo paradigma científico das ciências sociais e, correlatamente, do estudo da Sociologia Jurídica, pois traça um diagnóstico competente sobre a realidade da norma. Sua origem é a crise paradigmática do modelo moderno de pesquisa social e, também, no Estado moderno. Assim, como o indivíduo foi removido do “centro do universo” pelas teorias de Charles Darwin e Nicolau Copérnico, ele o será do estudo do espaço social. Primeiramente, porque agora a dinâmica da vida social deve ser representada por uma nova formulação dos métodos de estudo, por meio da pesquisa empírica, cuja base na estatística e na matemática para a coleta dos dados fornece o necessário contato com a realidade social. Esta forma de pensar, sem dúvidas, conduz ao aprimoramento da técnica utilizada pela ciência jurídica e reflete-se nas discussões a respeito do conceito de justiça e de seu acesso pelos cidadãos.

Em segundo lugar, porque isto se reflete diretamente sobre a eficácia social das normas jurídicas na sociedade em função do tipo de comportamento que a lei seguir. Pode a indicar uma transformação social que, em longo prazo, pode vir a exigir uma mutação legal, com normas mais flexíveis e dialogadas com os seus usuários, de modo que sua efetividade possa ser assegurada através de sua ampla e democrática aceitação. Não há como exigir o cumprimento de uma norma totalmente desvinculada do sistema de valores de uma dada sociedade. A desvinculação do contexto histórico-social resulta em anormalidade e desrespeita os valores humanos hodiernamente defendidos relativamente à dignidade da pessoa humana. Curiosamente, este método oferecido por Donald Black, não obstante sua rigorosa objetividade científica, apresenta-se como um instrumental adequado para a apreciação da eficácia social das normas jurídicas pela possibilidade da mensuração do *quantum* de lei ser aplicada em uma situação concreta e a quem este controle social se dirige com maior força.

A *flexibilização* da pesquisa jurídica e sua interatividade social são indicativas da urgência em se estabelecer o vínculo mais estreito entre o meio acadêmico, por exemplo, e a vida das comunidades. Para que a norma jurídica não perca a sua eficácia social, há de valorizar a sociedade e interagir com os grupos sociais em sua esfera de atuação. Esta característica é de extrema importância no estudo do Direito atual, bem como da Sociologia Jurídica frente os sistemas plurais normativos, um fenômeno social crescente nas sociedades industriais, notadamente aquelas em que as desigualdades sócio-econômicas são mais acirradas. Os sistemas plurais representam a face do pluralismo jurídico. Comprova-se que a estrutura burocrática estatal não é mais hábil para atender às demandas dos indivíduos e, por isso, estes empreendem formas novas de se organizar, elaborando regras de comportamento distintas da existência de um direito próprio desses grupos.

A excessiva distância relacional entre a lei e a comunidade pode conduzir, sem dúvida, a um enfraquecimento dos mecanismos institucionalizados para acessar o Poder Judiciário, em razão do difícil linguajar ou dos custos processuais. A diminuição dessa distância, facilitando-se o acesso à justiça, fortalece o direito estatal. Assim, conclui-se que as normas jurídicas do Estado sempre estarão, efetivamente, dependentes de sua aceitação pela sociedade à qual se dirigem, não lhes cabendo impor a esta última um quadro normativo incongruente. Não há medida legislativa ou judiciária que possa impor ao meio social suas regras. Estas advêm da própria sociedade, competindo a Sociologia Jurídica e aos demais ramos do Direito, buscar a compreensão da dialógica convivência entre o corpo social e o corpo normativo.

Na atualidade, o estudo do Direito pela Sociologia há de considerar a inegável presença dos meios alternativos de solução de conflitos, por meio de novos instrumentos como: a) os juizados especiais, organismos judiciais de menor complexidade de acesso e que permitem a conciliação civil e criminal, para alguns casos; b) as juntas de conciliação, organizadas pelas comunidades sob a orientação do Poder Judiciário e com a atuação de leigos para mediar o diálogo entre as partes envolvidas; c) os tribunais de arbitragem, atuantes na área organizacional; d) e, uma nova área, a mediação familiar.

Através da teoria do comportamento da lei de Donald Black se torna viável o estudo da eficácia normativa pela análise da quantidade de lei aplicada a um caso concreto. Donald Black assegura que seu método é utilizável para qualquer realidade social. Que qualquer forma de aplicação de lei, formal ou informal, pode ser por ele estudada e assim permitir a observação dos fatos sociais que provocam a aproximação ou o distanciamento da comunidade em relação ao direito positivo, o que influencia a efetividade das normas jurídicas. Para este autor, toda investigação social compete ser objetiva,

epistemologicamente pura e científica, tal como as ciências naturais, para manter a integridade de seu objeto, sem influências particulares na avaliação da sociedade e de sua relação com o sistema de regras do direito.

As tendências atuais são de uma sociedade participativa, com intensa atuação das organizações não governamentais e dos novos sujeitos coletivos. Existem, não mais uma, todavia, múltiplas sociedades coexistindo em uma só. É importante ressaltar o quanto a participação da comunidade define o sucesso de qualquer intervenção sociológica e jurídica. Se a Sociologia e o Direito são ciências de análise da realidade e pretendem oferecer uma resposta útil para sua melhoria, antes de tudo devem munir-se de melhor instrumentalização de pesquisa sobre o comportamento da lei e seu alcance da realidade, para então delinear um cenário adequado para o desenvolvimento dessa relação norma jurídica-comunidade. Sob essa ótica, a objetividade blackiana é extremamente bem vinda, pois alia ao conhecimento dogmático um conjunto novo de mecanismos de percepção zetética do contexto normativo-social, incluindo os aspectos mais variados de uma sociedade.

### **1.5 Conclusão**

Se a proposta hoje para os operadores do Direito é a prática pedagógica e profissional inclusiva, o método de Donald Black cria os mecanismos sócio-jurídicos adequados para a prévia análise de cenário que se faz necessária no diagnóstico da sociedade brasileira. Assim, será mais perceptível a estratégia a ser implementada pelo Poder Judiciário e por seus colaboradores para garantir a maior e melhor acessibilidade à justiça por aqueles que dela estão excluídos. Compreendendo-se o modo pelo qual a lei no Brasil se comporta em relação à sociedade a ela submetida, os pontos frágeis de nossa estrutura jurídico-normativa serão clarificados para efeitos de pesquisa jurídica e de propostas de transformações mais eficazes no sistema oficial de direito.

A mensuração da eficácia das normas jurídicas é o termômetro da proximidade ou do distanciamento entre o corpo social e o corpo normativo, entre o cidadão que aguarda a aplicação da lei e o seu aplicador, para que a lei seja aplicada na mesma quantidade entre todos. Já se caminha nessa direção, como no caso das metas de reforma do judiciário iniciadas por meio da descentralização dos tribunais, da justiça itinerante nos locais mais distantes e de outras medidas de acessibilidade judicial, como a garantia do direito de defesa do hipossuficiente econômico através da defensoria pública. Estas e outras alterações do texto constitucional foram nele inseridas pela Emenda Constitucional n.º 45, de 08 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 2004.

Mas devem ser tão-somente um ponto inicial. O diagnóstico fornecido pelo método da geometria da lei é um indicador da realidade que existe. A solução para os problemas por ele apontados é missão dos professores de Direito, não importando do ramo jurídico pelo qual optaram, dos advogados, promotores, juízes, assessores e todos que, por sua ligação com a Ciência Jurídica estejam envolvidos nesse processo de mudança social a partir do próprio ordenamento jurídico. Aos que pensavam ser esta uma área das ciências árida e presa aos códigos, cabe dizer que, na verdade, sua tendência atual é estar cheia de vida; de vida social, interativa e permeada de valores humanos. O perfil da cidadania que se pretende para o futuro está sendo traçado agora, à medida que corajosamente se abandonam os antigos artefatos de guerra dos tribunais para implementar uma prática jurídica mais justa e conciliatória.

Isso não implica o desaparecimento dos sistemas plurais informais, mas na sua remodelação, uma vez que a própria ordem jurídica estatal recebe novos traços distintivos, mais pluralistas e dialogais, menos autoritários e excludentes. A proposta não é assim tão nova. Sua maior atenção nesse momento se dá em razão do compromisso social assumido pelos órgãos de defesa do Direito e pelo próprio Estado, em certa medida. Resta-nos, então, observar, para aprendermos com esse novo comportamento da lei que torna mais eficazes as normas jurídicas, para o benefício da sociedade, uma vez que também ela quer participar mais ativamente da construção histórica do sistema legal.

## Notas

<sup>1</sup> Por outro lado, Clarke e Koch asseveram que, não obstante a renda seja um fator que afete o acesso à justiça, especialmente a sua representação advocatícia, não condiciona a prolação da sentença judicial. Estes autores empreenderam uma pesquisa de campo observando os resultados de inúmeros processos criminais, tendo por uma de suas hipóteses a influência da renda do acusado na decisão final do processo. Ver: SOUTO, 2002. p. 195ss.

## Referências Bibliográficas

BATTISTI, César Augusto. *O método de análise em Descartes* – da resolução de problemas à constituição do sistema do conhecimento. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BLACK, Donald. *The behaviour of law*. New York: Academic Press, 1980. \_\_\_\_\_. The purification of Sociology. In: *Contemporary Sociology*, nº. 29, Setembro de 2000, p. 704-709.

\_\_\_\_\_. The epistemology of pure Sociology. In: *Law and Social Inquiry*, nº. 20, 1995, p. 829-870.

\_\_\_\_\_. Dreams of pure Sociology. In: *Sociological Theory*. nº. 3, v. 18, Novembro 2000, p. 343-367.

\_\_\_\_\_. Common sense in the Sociology of Law. In: *American Sociological Review*, v. 44, Fevereiro 1979, p. 18-27.

\_\_\_\_\_. Behavioural sociology of law: a defence. In: *The Modern Law Review*. Março de 1986, p. 262-271.

\_\_\_\_\_. *Toward a general theory of social control*. v. 2. New York: Academic Press, 1984. CÁRCOVA, Carlos Maria. *A opacidade do Direito*. Trad. Edilson Alkmin Cunha. São Paulo: LTr, 1998.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de sociologia jurídica*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003. COELHO, Luis Fernando. *Teoria crítica do Direito*. 2. ed. São Paulo: Sérgio Antônio Fabris, 1991.

CORDINI, MABEL. Por que os projetos sociais não dão certo? Um olhar crítico sobre projetos de intervenção social. In: STENGEL, Márcia (org.) et al. *Políticas Públicas de apoio sócio-familiar/ Curso de capacitação de Conselheiros Tutelares e Municipais*. Belo Horizonte: Puc Minas, 2001.

DOMINGUES, José Maurício. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

FRANKFORD, David M. The social structure of right and wrong: normativity without agents. In: *Law and Social Inquiry*, nº. 20, 1995, p. 785-803.

FREITAS, Renan Springer de. *Sociologia do Conhecimento – pragmatismo e pensamento evolutivo*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

\_\_\_\_\_. *O fato da lei*. Tese. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1989. 220p.

GOTTFREDSON, Michael R., HINDELANG, Michael. A study of "The behaviour of law". In: *American Sociological Review*, v. 44, Fevereiro 1979, p. 3-18.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. Trad. George Sperber. São Paulo: Loyola, 2002.

HEMBROFF, Larry A. The seriousness of acts and social contexts: a test of Black 's theory of the behaviour of law. In: *American Journal of Sociology*, nº. 2, v. 93, Setembro 1987, p. 322-347.

LAKATOS, Imre (org.), MUSGRAVE, Alan. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1979.

LA ROCHE, Roberta Senechal de. Beyond the behaviour of law. In: *Law and Social Inquiry*, nº. 20, 1995, p. 777-785.

LLEWELLYN, Karl N. Law and the social sciences – specially Sociology. In: *American Sociological Review*, nº. 4, v. 14, Agosto 1949, p. 451-462.

LOCHE, Adriana A. *Sociologia jurídica: estudos de sociologia, direito e sociedade*. Porto Alegre: Síntese, 1999. MERRY, Sally Engle. Legal pluralism. In: *Law & Society Review*, v. 22, nº. 5, 1988. p. 869-901.

REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. O desenvolvimento da ciência e as teorias epistemológicas no século XX. In: REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*. v. 3. São Paulo: Paulus, 1991. cap. XXXV a XXXVIII, p. 965-1073.

SABADELL, Ana Lúcia. *Manual de Sociologia Jurídica* – Introdução a uma leitura externa do Direito. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.